

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI N.º 779, DE 2007

Acrescenta o § 1.º-A ao art. 74 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

**Autor:** Deputado **CELSO RUSSOMANO**

**Relator:** Deputado **FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei com a finalidade de estender a competência do Tribunal do Júri a todos os crimes dolosos dos quais resulte a morte da vítima.

Alega o autor que "pretendeu o legislador constituinte que o bem 'vida' fosse integralmente de responsabilidade do Júri, isto é, sem qualquer restrição do ponto de vista jurisprudencial ou doutrinário".

Compete-nos o pronunciamento quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e ao mérito da proposição.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

A proposta em exame atende aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União e à legitimidade de iniciativa, insculpidos nos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade. Quanto à técnica legislativa, a proposição contém defeito ao criar o § 1.º-A, solução esta aplicada a artigos e não a parágrafos, já que nada impede o acréscimo de novos parágrafos. Assim, revela-se de má técnica legislativa, o que pode ser corrigido por meio de substitutivo.

No mérito, o projeto merece prosperar, uma vez que não há impedimento para a atribuição de novas funções ao Tribunal do Júri. A garantia constitucional diz respeito à competência mínima, podendo a lei ampliar esse rol de matérias sujeitas à apreciação do Júri.

Para os delitos que envolvem ameaça à vida, independentemente do resultado morte, o julgamento deverá levar em conta a aplicação rigorosa dos princípios constitucionais e infraconstitucionais de proteção à vida.

O evento morte pode ser resultante inclusive de outro tipo penal que não o homicídio, como, por exemplo, o latrocínio, cuja pena é a mais grave em nosso sistema penal.

Assim, pode-se atribuir competência ao Júri para julgar crimes contra o patrimônio em que haja o resultado morte, o que não descaracteriza a natureza da proteção à vida.

Desse modo, os jurados decidiriam sobre o fato principal, a ilicitude, a culpabilidade e as circunstâncias, que, no exemplo citado, envolveriam crime contra o patrimônio, porém com o resultado morte.

Outro ponto a examinar, seria o resultado dessa solução em termos recursais. Como é sabido, a Constituição Federal estabeleceu a soberania dos vereditos do Júri, o que representa maior celeridade processual, com benefícios para a sociedade.

Finalmente, devemos refletir quanto à sobrecarga de processos nos Tribunais, situação esta que restaria minorada com a transferência de competências para o Júri.

Diante de todos esses argumentos, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 779, de 2007, na forma do Substitutivo em anexo, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2013.

**Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 779, de 2007

Acrescenta o § 4.º ao art. 74 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

**Autor:** Deputado **CELSO RUSSOMANO**

**Relator:** Deputado **FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Esta Lei amplia a competência do Tribunal do Júri para incluir outros crimes dolosos, dos quais resulte a morte da vítima.

Art. 2.º O art. 74 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4.º:

“Art. 74. ....

§4º Ao Tribunal do Júri compete, ainda, o julgamento dos crimes previstos no Código Penal e na legislação especial que, quando praticados dolosamente, resultem na morte da vítima.

.....” (NR)

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2013.

**Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR**

Relator